

Apresentação

Este número da Revista Libertas é publicado num momento muito especial para a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). Neste ano, comemoramos 60 anos de existência em meio a uma série de atividades culturais e científicas. Estamos prevendo uma sessão especial dos 60 anos da Faculdade de Serviço Social da UFJF na edição da Revista Libertas que irá ao ar em dez./2018.

Para a edição atual, selecionamos 9 artigos e, na sessão especial, um texto de homenagem, um relato de pesquisa e uma entrevista.

Seção artigos:

Os 9 artigos dessa seção apresentam temas e abordagens diversas. Os cinco primeiros tratam de questões amplas e fundamentais de serem debatidas nestes tempos de crise do capital: A questão habitacional; cultura e forma social; apropriação do território através da arte; Estado de exceção.

Joana Valente e Monica Medeiros nos brindam com o artigo sobre “A produção Habitacional em pequenos municípios da Amazônia”. Através de bibliografia ampla e relevante, notas ricas de informações, referências e considerações, as autoras realizam uma análise sobre a política habitacional e sobre programas de habitação popular em pequenos municípios do estado do Pará, produzindo uma riqueza de dados e informações que nos possibilitam reconhecer os elementos da dinâmica capitalista na apropriação do território, conhecendo as particularidades da realidade amazônica, ainda pouco estudada. O resultado final demonstra que, na realidade dos pequenos municípios estudados, ainda prevalece o pouco conhecimento do poder público sobre as necessidades habitacionais da população pobre. E que a produção habitacional sob o domínio capitalista, impacta a população com um alto nível de pobreza através do processo de financeirização da moradia e da produção do espaço, reproduzindo a segregação sócio-espacial, e negando o direito à moradia para a população de menor renda.

O artigo de Paula Kropf, “Para pensar a cultura na periferia do capitalismo”, discute as relações entre cultura e forma social. Partindo do estudo de Raymond William sobre cultura como prática social, a autora busca compreendê-la como componente anti-barbárie, na periferia do capitalismo, tendo como referência, Schwarz (1999). A produção destrutiva do capital, incidindo sobre as relações sociais, vem aprofundando um estado de regressão jamais visto. Por isso, a análise deste artigo sinaliza que este processo de produção destrutivo de mercadorias vem contendo a sua dissolução por meio da violência. E lança uma indagação instigante: “É possível o cultivo das potencialidades humanas quando estamos amalgamados e movidos por algo – a valorização do valor – que é contraditória às tendências de emancipação?”

A leitura deste artigo nos traz esta e outras tantas indagações, muito importantes contra o conservadorismo e o imobilismo, presentes nestes tempos tão difíceis de análise crítica.

“Lendo os muros: a apropriação do território pela arte do grafite” é o artigo apresentado por Priscila Rodrigues de Castro, que nos leva à reflexão sobre a produção do espaço na sociedade contemporânea. Considerando o campo da arte como importante ferramenta de mediação, no processo de apropriação do território, por meio da expressão estética do grafite, a autora contempla elementos do debate controverso sobre o grafite, como forma de expressão artística, mas destaca que este estilo artístico contempla a questão da resistência e questionamento do espaço público, possibilitando uma ampliação do uso do território e da cidade na vida cotidiana destes sujeitos.

O artigo de Fernanda Nicolay Pereira Alaca, “Estado de Exceção: um estudo sobre seus impactos na sociedade contemporânea”, traz reflexões ainda pouco debatidas sobre a ascensão do Estado de Exceção na cena contemporânea neoliberal, a partir da intensificação das expressões da questão social na sociedade capitalista. Fazendo um percurso de análise sobre o surgimento e o desenvolvimento desse fenômeno, a autora nos apresenta seus desdobramentos na atualidade, destacando as medidas de exceção que vêm sendo tomadas pelo Poder Público e a relação que elas estabelecem diretamente com o fortalecimento do Estado Penal. A conclusão demonstra a percepção de que “o Estado de Exceção tem perdido seu caráter de excepcionalidade para se tornar regra, e, como tal, vem se legitimando enquanto suposta técnica de defesa e proteção do Estado para com a população”.

Os cinco artigos seguintes abordam temáticas muito caras ao Serviço Social, trazendo reflexões e desafios ao exercício profissional dos Assistentes Sociais, principalmente, no que se refere ao atendimento às famílias, e particularmente, às mulheres: A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e modalidades de benefícios eventuais; Política Social e Judicialização dos Direitos Fundamentais; violência, multigeracionalidade e família. Estes artigos reafirmam que a família e, na sua dianteira, as mulheres, continuam a serem as maiores demandantes do Serviço Social, e o fortalecimento deste segmento, majoritariamente das classes trabalhadoras, pobre e sem trabalho, continua sendo um compromisso ético-político da profissão.

O artigo de Gisele Bovolenta trata das modalidades de benefício eventual, previstos no Art.22 da LOAS: auxílio-natalidade e funeral; situações de calamidade pública e vulnerabilidade temporária. Em suas notas críticas, a autora problematiza e analisa o que representam essas modalidades de atenção no campo da política de assistência social e no Sistema Único da Assistência Social (SUAS), como parte do âmbito de proteção social não contributivo.

Alice Souza e Michelly Wiese trazem a discussão sobre a relação entre política social e família, através da análise da produção teórica do Serviço Social, publicada nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. O artigo nos mostra que a partir de questões como atenção familiar, cuidado, responsabilização e judicialização foi possível identificar a relação entre política social, proteção social e as atribuições da família, bem como confirmar a análise e o posicionamento crítico dos assistentes Sociais em relação as atuais políticas, programas e serviços sociais, que conferem sobrecarga às famílias, sobretudo na busca por proteção aos seus membros.

No artigo “Crime, castigo, família e multigeracionalidade”, as autoras discutem as relações entre família, violência e punibilidade, destacando os conceitos de multigeracionalidade e resiliência. O percurso adotado neste trabalho revela as decorrências do aprisionamento parental para crianças e adolescentes, discute

concepções de família, de violência, as conexões entre violência, risco e vulnerabilidade e suas implicações nas relações familiares.

A relação entre violência e família é apresentada por Prisco, destacando a violência doméstica e familiar contra mulheres, tendo em conta diversas contribuições teóricas sobre questão de gênero. Partindo de uma análise mais geral sobre a violência contra as mulheres, o autor prioriza o recorte sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres, concluindo que o ambiente doméstico e familiar revela a concretude de algo mais amplo, que é a violência contra as mulheres, como uma expressão da violência de gênero. E neste sentido, aponta os desafios para seu enfrentamento, a partir do fortalecimento das políticas públicas e das necessárias mudanças na sociedade atual, na busca por igualdade de direitos, condições sociais dignas e de respeito às mulheres.

O tema da “judicialização dos direitos fundamentais em decorrência da ineficácia das políticas públicas no Brasil” é analisado a partir de elementos presentes no atual período capitalista neoliberal, que confirmam um quadro de retrocesso de direitos. As autoras problematizam que este cenário revela o não cumprimento de direitos fundamentais por parte do Estado, com base na Constituição Federal, tanto no âmbito do legislativo como no executivo, e que em razão desta ausência de efetivação, o poder judiciário tem sido sobrecarregado com a ampliação de processos de judicialização de direitos fundamentais.

As questões trazidas ao debate são muito bem vindas, e reafirmam nossos desafios e compromissos com a luta por direitos e pela construção de outra forma de sociedade e sociabilidade anti-capitalista.

Seção especial.

Esta sessão contempla 3 materiais especialmente selecionados para este número: Um texto elaborado pela professora Marilda Iamamoto em homenagem ao professor José Paulo; um relato de pesquisa de pós-doutorado elaborado pela pesquisadora Maria de Fátima Tardin Costa; e uma entrevista com Adenilde Petrina, realizada a convite da Revista Libertas, pela professora e jornalista Claudia Lahni.

Texto em homenagem ao professor José Paulo Netto.

Trata-se de um texto elaborado pela professora Marilda Iamamoto homenageando o professor José Paulo Netto pela passagem dos seus 70 anos, em novembro de 2017.

Relato de Pesquisa.

Em “Experiências de resistência à remoção em territórios ocupados pela população pobre nas periferias da cidade do Rio de Janeiro”, a pesquisadora Maria de Fátima Tardin Costa divulga os resultados de sua investigação sobre os processos de resistência contra remoções em quatro favelas do Rio de Janeiro, durante o período de 2009 a 2016. Nesse estudo, a autora procurou identificar, no processo, o desenvolvimento de formas cognitivas da realidade e de novos modos de organização de sociabilidade com potencialidades transformadoras.

Entrevista

A seção entrevista realizada, por uma jornalista e professora doutora da UFJF, traz ao público a voz de uma grande lutadora de Juiz de Fora, e agora também nossa Doutora honoris causa da UFJF. A partir de uma trajetória profissional e de luta popular, Adenilde Petrina expressa toda sua lucidez e crítica à nossa sociedade, através de questões da maior relevância, como a relação entre universidade e movimento social popular; rádio comunitária e democratização da comunicação; violência contra a juventude negra da periferia; LGBT fobia, racismo e machismo; e Cultura Hip-Hop. Também afirma seu posicionamento sobre o momento político que vivemos no Brasil com expressões claras: “o golpe foi uma retomada do que eles achavam que era deles, pra poder jogar de novo a gente no fundão da fábrica, no fundão da periferia e que a gente morresse mesmo. [...] É golpe sim, é uma destruição da nossa sociedade, uma destruição dos nossos sonhos, das nossas possibilidades e da dignidade das pessoas mais pobres.”

Mas a entrevista também nos traz a força da luta popular, da organização da periferia através da comunicação comunitária, do estudo e da cultura. A criação da Radio Comunitária Mega FM trouxe, dentre outras questões, uma aproximação dos jovens da periferia com a cultura Hip-Hop, que mais tarde originou a criação do Coletivo Vozes da Rua. Este coletivo tem como base de suas ações, o estudo e o livre debate de diversos autores (como Frantz Fanon e Gramsci), e comporta um interessante laboratório de criação cultural, que se expressa com o Slam de Perifa, com a música, o grafite, a dança e com a produção própria de documentários, como o recém lançado, “Iris da Candinha”, que conta a história do bairro periférico Santa Cândida de Juiz de Fora.

Esta entrevista representa uma importante referência não só para conhecer a luta da periferia de Juiz de Fora, mas para fortalecer outras lutas sociais, tão importantes e indispensáveis em nossa sociedade.

As editoras